

NITERÓI PREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE NITERÓI
CONSELHO FISCAL

CNPJ: 28.543.098/0001-42

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Prestação de Contas do Exercício de 2025

1. Introdução

Atendendo ao disposto no Anexo II da Deliberação nº 277 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), foi realizada reunião ordinária do **Conselho Fiscal do Instituto de Previdência de Niterói – Niterói Prev**, em junho de 2026, para análise das demonstrações contábeis consolidadas e dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2025. Os documentos foram formalmente disponibilizados pela administração do Instituto para fins desta apreciação.

2. Documentos Analisados

Foram submetidos à apreciação deste Conselho os seguintes documentos:

- Balancete de Verificação Analítico Consolidado – Exercício 2025;
- Demonstrações Contábeis Consolidadas: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Balanço Financeiro e Balanços Orçamentários;
- Notas Explicativas (Notas 1 a 22);
- Balancetes individuais do Fundo Niterói Prev – Previdenciário e do Fundo Niterói Prev – Financeiro;
- Relatório de Gestão do exercício de 2025;
- Relatório e Certificado de Auditoria do Controle Interno;
- Prestação de Contas do Conselho Superior de Administração – Exercício de 2025;
- Política Anual de Investimentos 2025;
- Documentos e Modelos do Anexo II da Deliberação nº 277 do TCE-RJ.

As demonstrações contábeis consolidaram quatro unidades da autarquia: **Unidade Administradora (Niterói Prev), Fundo Financeiro (Plano de Repartição Simples), Fundo Previdenciário (Plano de Capitalização) e Fundo de Oscilação de Riscos (FOR).**

3. Análise das Demonstrações Contábeis

3.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial do exercício de 2025, emitido em 10/02/2026, apresenta a seguinte estrutura consolidada:

Grupo	Exercício 2025 (R\$)	Exercício 2024 (R\$)
Ativo Circulante	1.135.662.447,33	1.609.608.783,49
Ativo Não Circulante	1.989.360.232,86	781.733.840,90
TOTAL DO ATIVO	3.125.022.680,19	2.391.342.624,39
Passivo Circulante	22.764.425,05	13.834.750,61
Passivo Não Circulante (Provisões Matemáticas)	2.812.205.714,80	1.966.766.421,71
Patrimônio Líquido	290.052.540,34	410.741.452,07
TOTAL PASSIVO + PL	3.125.022.680,19	2.391.342.624,39

A equação patrimonial fecha com exatidão, confirmando a integridade aritmética das demonstrações. O Ativo Total cresceu **R\$ 733.680.055,80 (+30,7%)** em relação ao exercício anterior.

O crescimento expressivo do Ativo Não Circulante (de R\$ 781,7M para R\$ 1.989,4M, variação de +154,5%) reflete a estratégia deliberada de **imunização do passivo atuarial por meio de aquisição de títulos NTN-B** (indexados ao IPCA), em linha com os estudos de ALM aprovados pelo Conselho Superior de Administração.

O Patrimônio Líquido recuou de R\$ 410.741.452,07 para R\$ 290.052.540,34 em razão do **Resultado Patrimonial negativo de R\$ (125.241.786,58)**, determinado principalmente pela constituição de Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMP), de natureza atuarial, e não por deterioração financeira. O Passivo Não Circulante, composto integralmente pelas Provisões Matemáticas Previdenciárias, foi corretamente registrado em R\$ 2.812.205.714,80, valor rastreável ao balancete consolidado (conta 2.2.7) e plenamente confirmado pela Nota 13.

3.2 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Componente	Exercício 2025 (R\$)	Exercício 2024 (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	1.517.231.298,27	1.021.816.622,78
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	(1.642.473.084,85)	(836.267.863,43)
RESULTADO PATRIMONIAL	(125.241.786,58)	185.548.759,35

Os totais de VPA e VPD são integralmente rastreáveis ao Balancete Consolidado (contas 3.x e 4.x), sem qualquer divergência. O resultado patrimonial negativo de R\$ (125.241.786,58) decorre, em sua quase totalidade, da **constituição de Provisões Matemáticas Previdenciárias de R\$ 856.425.489,27** (99,8% das 'Outras VPD'), conforme detalhado na Nota 13. Esse

resultado não compromete a solidez ou a liquidez do Instituto, pois decorre exclusivamente do reconhecimento contábil obrigatório de obrigações atuariais, sem impacto financeiro imediato.

3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Item	Valor (R\$)
Fluxo das Atividades Operacionais	+531.327.808,68
Fluxo das Atividades de Investimento	-727,75
Fluxo das Atividades de Financiamento	0,00
Geração Líquida de Caixa	+531.327.080,93
(+) Caixa e Equiv. Inicial	2.024.628.689,39
(=) Caixa e Equiv. Final	2.555.955.770,32

A DFC apresenta consistência interna verificada (diferença zero). A geração positiva de caixa de R\$ 531,3M decorre principalmente das atividades operacionais (contribuições + transferências do Tesouro + rendimentos de investimentos).

Observação sobre o conceito de 'caixa e equivalentes de caixa': O DFC adota o conceito expandido, que inclui aplicações financeiras de liquidez imediata do RPPS (R\$ 2.456.315.553,07 de aplicações RPPS + R\$ 99.640.217,25 de disponibilidades não-RPPS = R\$ 2.555.955.770,32). Esse total coincide com o 'Ativo Financeiro' constante do Balanço Patrimonial, mas difere do grupo 'Caixa e Equivalentes de Caixa' do BP (R\$ 100.182.200,52), que registra apenas disponibilidades imediatas. A prática é compatível com o MCASP para RPPS, porém a **ausência de nota explicativa que esclareça esse critério constitui lacuna formal** a ser suprida no próximo exercício.

3.4 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro consolidado apresenta total de ingressos e dispêndios de R\$ 3.468.272.114,92, com **saldo para o exercício seguinte de R\$ 2.555.955.770,32** — valor coincidente com o Ativo Financeiro do BP. A estrutura por fundo é a seguinte:

Fundo	Receitas RPPS (R\$)	Despesas RPPS (R\$)
Fundo Financeiro (Repartição)	95.865.086,66	115.307.271,99
Fundo Previdenciário (Capitalização)	421.407.274,44	38.752.404,28
Taxa de Administração	37.358.475,82	25.351.707,18

Destaca-se que o Plano Financeiro encerrou o exercício com **déficit financeiro de R\$ 19.442.185,33** (receitas de R\$ 95,9M vs. despesas de R\$ 115,3M), confirmando a dependência estrutural deste plano em relação aos aportes do ente público.

3.5 Balanço Orçamentário

Item	Previsão/Dotação (R\$)	Realizado (R\$)
Receita Total	393.277.121,00	629.630.836,92
Despesa Total (empenhada)	799.673.678,58 (atualizada)	584.748.651,23
Resultado Orçamentário (superávit)	—	44.882.185,69

A receita arrecadada superou a previsão inicial em R\$ 236.353.715,92 (+60,1%). O principal fator foi a **receita patrimonial (rendimento dos investimentos)**, que atingiu R\$ 211.373.143,11 ante previsão de apenas R\$ 22.640.975,00 (desvio de +834%). A taxa de execução orçamentária da despesa foi de 73,1% em relação à dotação atualizada.

Ressalva: O grau de subestimativa da receita patrimonial (834%) evidencia necessidade de aprimoramento da metodologia de previsão orçamentária, especialmente em face do expressivo crescimento da carteira de investimentos.

4. Situação Atuarial

4.1 Plano Previdenciário (Fundo de Capitalização)

Discriminação	Valor (R\$)
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	401.994.715,88
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	2.356.284.322,60
Reservas Matemáticas Totais (PMP)	2.758.279.038,48
(+) Ativo do Plano	2.993.574.815,21
SUPERÁVIT ATUARIAL	235.295.776,73

O Plano Previdenciário apresenta **situação superavitária de R\$ 235.295.776,73**, com o ativo do plano superando em 8,5% as reservas matemáticas. A estratégia de imunização do passivo via NTN-Bs contribuiu para esse resultado favorável.

4.2 Plano Financeiro (Fundo de Repartição Simples) – Situação Crítica

Discriminação	Valor (R\$)
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	4.308.870.242,44

Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	1.588.927.805,27
Reservas Matemáticas Totais (PMP)	5.897.798.047,71
(+) Ativo do Plano	53.926.676,32
DÉFICIT ATUARIAL	(5.843.871.371,39)

O Plano Financeiro registra **déficit atuarial de R\$ 5.843.871.371,39**, com o ativo do plano cobrindo menos de 1% das reservas matemáticas. Esse déficit é de natureza estrutural, típico dos planos de repartição em processo de maturação, e é coberto pelo compromisso de aportes periódicos do ente público, disciplinados pelo Decreto Municipal nº 12.920/2018. No exercício de 2025, foram recebidos aportes para amortização do déficit atuarial no montante de R\$ 15.804.145,07, além de R\$ 90.804.145,07 referentes a aportes intraorçamentários.

Este Conselho reitera que a dependência estrutural do Fundo Financeiro aos aportes do Tesouro Municipal exige acompanhamento contínuo e rigoroso, sendo este o principal risco fiscal para o RPPS de Niterói.

5. Análise da Política Anual de Investimentos 2025

A Política Anual de Investimentos (PAI) de 2025 foi aprovada pelo Conselho Superior de Administração em conformidade com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e a Resolução CMN nº 5.202/2023. A carteira encerrou 2025 com patrimônio de **R\$ 2.555.955.770,32**, com performance consistentemente superior à meta atuarial ao longo do exercício. Os rendimentos de investimentos totalizaram R\$ 211.373.143,11, contra previsão inicial de R\$ 22.640.975,00.

Os principais segmentos da carteira incluíram:

- Renda Fixa – Títulos Públicos Federais (NTN-B): R\$ 1.073.341.457,54 em posições de longo prazo, com vencimentos de 2028 a 2045;
- Renda Fixa – Fundos Referenciados DI e outros: R\$ 963.443.513,78 em aplicações de curto prazo;
- Renda Variável (Fundos de Ações): R\$ 108.719.185,55, dentro dos limites da PAI;
- Fundos Multimercado: R\$ 38.876.787,98;
- Fundos Imobiliários (FII – longo prazo): R\$ 18.011.681,23.

Verificação de consistência – Demonstrativo de Investimentos (Modelo 11): O Demonstrativo registra aplicações de longo e curto prazo no valor de R\$ 2.455.773.569,80 e saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 100.182.200,52, perfazendo o montante global de R\$ 2.555.955.770,32. Este valor é **idêntico ao registrado no Balancete Consolidado do exercício de 2025**, confirmando a paridade entre o demonstrativo de investimentos e os registros contábeis da Autarquia.

Atenção – Resolução CMN nº 5.272/2025: Determinados ativos da carteira estão sendo mantidos ao amparo das regras de transição. Recomenda-

se monitoramento rigoroso dos prazos de enquadramento e comunicação tempestiva ao TCE-RJ caso necessário.

6. Principais Observações e Achados

6.1 Aspectos Positivos

- Equação patrimonial conferida e aprovada: Total do Ativo = Total Passivo + PL = R\$ 3.125.022.680,19 (diferença zero);
- DVP e Balancete Consolidado integralmente consistentes: totais de VPA e VPD confirmados conta a conta;
- DFC internamente consistente: geração líquida + caixa inicial = caixa final, diferença zero;
- Plano Previdenciário superavitário: R\$ 235.295.776,73 de superávit atuarial;
- Carteira de investimentos com desempenho acima da meta atuarial ao longo do exercício;
- Estratégia de imunização do passivo por NTN-Bs aprovada e em execução;
- Conselho Superior de Administração com atuação regular e participativa;
- Controle Interno e Governança Corporativa em conformidade com o Pró-Gestão RPPS;
- Superávit orçamentário de R\$ 44.882.185,69 no exercício;
- Resultado financeiro positivo no Fundo Previdenciário (R\$ +382.654.870,16);
- Demonstrativo de Investimentos (Modelo 11) com valores consistentes com o Balancete Consolidado: total de R\$ 2.555.955.770,32.

6.2 Ressalvas e Pontos de Atenção

Este Conselho registra as seguintes ressalvas formais:

Ressalva 1 – Dependência do Fundo Financeiro ao Tesouro Municipal (Críticidade: Alta)

O Plano de Repartição Simples encerrou o exercício com déficit financeiro de R\$ 19.442.185,33 e déficit atuarial de R\$ 5.843.871.371,39. A cobertura desse passivo depende exclusivamente dos aportes periódicos do Município. Este Conselho recomenda a publicação de relatório anual de sustentabilidade atuarial do Plano Financeiro com projeção de longo prazo dos aportes necessários.

Ressalva 2 – Aluguéis a Receber sem recebimentos no exercício e sem provisão de perda (Críticidade: Alta)

O saldo de Aluguéis a Receber (conta 1.1.3.8.1.01) encerrou 2025 em R\$ 18.951.077,56, com acúmulo contínuo e arrecadação zero no exercício. Há ainda R\$ 12.032.687,00 em Multas e Juros de Aluguéis a Receber, sem recebimentos. Não foram constituídas provisões para perdas, o que pode

configurar superavaliação do ativo. Este Conselho recomenda: (i) constituição de provisão para perda esperada; (ii) elaboração de relatório individualizado por Termo de Permissão de Uso (nº 37, 38 e 39/2014), com situação atualizada e perspectivas de recuperação; e (iii) evidenciação das ações de cobrança adotadas.

Ressalva 3 – Enquadramento à Resolução CMN nº 5.272/2025 (Críticidade: Média-Alta)

Determinados ativos da carteira estão mantidos com base em regras de transição. Este Conselho recomenda monitoramento rigoroso dos prazos e comunicação tempestiva ao TCE-RJ caso haja necessidade de prorrogação.

Ressalva 4 – Ausência de nota explicativa sobre o critério de 'caixa e equivalentes de caixa' na DFC (Críticidade: Média)

A diferença de R\$ 2.455.773.569,80 entre o 'Caixa e Equivalentes' do DFC e o grupo homônimo do BP não é explicada em nota. Recomenda-se inclusão de nota específica no próximo exercício.

Ressalva 5 – Subestimativa orçamentária da receita patrimonial (Críticidade: Média)

A receita patrimonial foi orçada em R\$ 22.640.975,00 e arrecadada em R\$ 211.373.143,11 (desvio de +834%). Recomenda-se revisão metodológica para o orçamento de 2026.

Observação 6 – Sistemática de registro de ganhos/perdas em investimentos por limitação do sistema e-Cidade (Críticidade: Média)

R\$ 198.137.740,36 foram registrados como 'Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas' nas VPD sem representar perda econômica real — decorrência de limitação sistêmica no registro do resgate de títulos. A administração reconhece o problema nas notas explicativas e informa que o efeito líquido no resultado patrimonial é nulo. Recomenda-se resolução definitiva para o exercício de 2026.

Observação 7 – Créditos de difícil recuperação por danos ao patrimônio (Críticidade: Baixa)

O balancete registra créditos de R\$ 1.912.257,90 por danos ao patrimônio (pagamentos indevidos a Paulo César Bittencourt Pires e Jorge Luiz de Almeida), sem movimentação no exercício. Recomenda-se atualização sobre o estágio dos respectivos processos de ressarcimento.

7. Análise da Prestação de Contas do Conselho Superior de Administração

Foi analisada a Prestação de Contas do Conselho Superior de Administração referente ao exercício de 2025, que evidencia atuação regular e participativa do colegiado, com deliberações sobre:

- Apreciação e aprovação de relatórios mensais da carteira de investimentos;
- Aprovação de instrumentos de governança corporativa;

- Apreciação dos Relatórios de Controle Interno, Ouvidoria e Gestão Atuarial;
- Aprovação da Política Anual de Investimentos para 2026;
- Deliberação sobre o Planejamento Estratégico institucional;
- Acompanhamento da Avaliação Atuarial de 2025 e do resultado superavitário do Plano Previdenciário;
- Deliberações sobre alterações na PAI embasadas em estudos de ALM.

O Conselho Superior de Administração demonstrou atuação em conformidade com as atribuições previstas na legislação e no Regimento Interno, contribuindo para o fortalecimento da governança, transparência e sustentabilidade do RPPS.

8. Conclusão e Voto

Os membros efetivos do **Conselho Fiscal do Instituto de Previdência de Niterói – Niterói Prev**, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Municipal nº 10.261/2008, art. 5º, inciso II, alínea 'c', reunidos em sessão ordinária para apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2025, após análise dos documentos listados na Seção 2 deste Parecer, **emitem o seguinte voto:**

PARECER: APROVADO COM RESSALVAS

A Prestação de Contas do exercício de 2025 do Niterói Prev é considerada **REGULAR COM RESSALVAS**, nos termos das observações registradas na Seção 6.2 deste Parecer, em especial: (i) dependência estrutural do Fundo Financeiro aos aportes do Tesouro Municipal, com déficit atuarial de R\$ 5,84 bilhões; (ii) acúmulo de Aluguéis a Receber de R\$ 18,95 milhões sem recebimentos no exercício e sem provisão de perda esperada; (iii) necessidade de acompanhamento do enquadramento de ativos às novas regras da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Fundamentação: As demonstrações contábeis apresentam consistência interna verificável e integridade aritmética confirmada. A equação patrimonial, a DVP, o DFC e o Balanço Financeiro são mutuamente consistentes e rastreáveis ao balancete consolidado. O Plano Previdenciário apresenta superávit atuarial. A carteira de investimentos performou acima da meta atuarial, com paridade confirmada entre o Demonstrativo de Investimentos (Modelo 11) e os registros contábeis. A atuação do Conselho Superior de Administração foi regular. As ressalvas registradas não comprometem a fidedignidade das demonstrações, mas exigem providências específicas pela administração do Instituto para os exercícios subsequentes.

Nada mais havendo a declarar, este é o Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações contábeis e relatórios apresentados pelo Niterói Prev referentes ao exercício de 2025.

Niterói, 18 de junho de 2026

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDO LUIZ SILVEIRA DE FREITAS**
Data: 28/06/2026 11:40:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eduardo Freitas
Conselheiro

Documento assinado digitalmente
 **JOSE RICARDO DE OLIVEIRA LESSA**
Data: 27/06/2026 10:01:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Ricardo
Conselheiro

Joeny Almeida
Conselheira
Documento assinado digitalmente
 **JOENY FERREIRA DE ALMEIDA**
Data: 26/06/2026 22:47:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Carvalho Ferreira
Presidente do Conselho Fiscal

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO CARVALHO FERREIRA**
Data: 26/06/2026 15:27:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>